



**XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE**

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

**02 A 05 DE JULHO DE 2024** **FAEC/UECE - CRATEÚS**

## **APONTAMENTOS SOBRE UM PATRIMÔNIO ÉTNICO-RACIAL: A FESTA DE IEMANJÁ DE FORTALEZA**

Hannah Mariah Carvalho Coutinho<sup>1</sup>

**Resumo:** A Festa de Iemanjá de Fortaleza é um evento que acontece nos dias 14 e 15 de agosto na capital cearense, reunindo nas praias e nos terreiros inúmeros fiéis que desejam cultivar a orixá que é ligada aos mares. As memórias da origem da festa na cidade são atreladas à figura de Mãe Julia Barbosa Condante, mulher negra e portuguesa, que inicia o festejo à Iemanjá na Praia do Futuro em meados da década de 60, de acordo com o antropólogo Jean dos Anjos. Dos anos 60 até o presente momento, a festa foi ganhando novos contornos e incorporando novos sentidos, como por exemplo, o fato de ter sido registrada em 2018 pela prefeitura de Fortaleza por meio de sua Secretaria da Cultura de Fortaleza (Secultfor) como patrimônio cultural da cidade, com sua inscrição no livro das Celebrações a partir do decreto nº 14.262. Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo investigar como o aspecto étnico-racial, indissociável da festa, atravessa o processo de patrimonialização do festejo. Para o cumprimento desta proposta, autores como Martha Abreu, Zélia da Silva, Márcia Sant'Anna e Antônio Nogueira foram basilares. A metodologia de encruzamento de fontes, entre elas, o Dossiê Imaterialidades Festa de Iemanjá de Fortaleza publicado pela Secultfor e fontes hemerográficas do Diário do Nordeste e Jornal O Povo, foi fundamental para a realização do estudo. No atual estágio da pesquisa, concluímos que o caráter étnico-racial especifica a narrativa sobre o patrimônio, onde a Festa é referida como um legado da presença afro-indígena no Ceará, e indica os caminhos para a sua salvaguarda, que ainda ressaltam aspectos simples para a existência da festividade, como a garantia da segurança em meio a tanta intolerância religiosa. A pesquisa possui financiamento CAPES/CNPQ e é atrelada ao GEPPM/UFC.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural; Raça; Fortaleza; Patrimônio étnico-racial

Casarões antigos. Igrejas requintadas em suas arquiteturas. Obras de arte clássicas. Monumentos daqueles que foram escolhidos para serem heróis da história brasileira. Essas eram as imagens que preenchiam o imaginário social de quem refletisse sobre o patrimônio brasileiro, pelo menos até a década de 80. Neste cenário, é impossível sequer imaginar a Festa de Iemanjá de Fortaleza sendo patrimonializada, tanto pelo seu formato, uma festividade, quanto pelos sujeitos que são por ela

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Federal do Ceará e mestranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará. Bolsista CAPES. hannahcarvalho33@hotmail.com



**XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE**

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

**02 A 05 DE JULHO DE 2024** **FAEC/UECE - CRATEÚS**

representados, pessoas que encontram seus referenciais identitários em uma manifestação religiosa afroindígena brasileira.

Como acontece a Festa de Iemanjá em Fortaleza? Como ela se torna patrimônio da cidade? Por que ela é patrimonializada? Quais são os sentidos a ela atribuídos? Como se deu seu processo de patrimonialização? Frente às múltiplas indagações que surgem, este artigo tem por objetivo refletir sobre a Festa de Iemanjá de Fortaleza como um patrimônio étnico-racial e como essa atribuição de sentido permeia a realização da festa e seu processo de patrimonialização.

Propomos tomar como partida para esta escrita o entendimento que Iemanjá é a orixá mais festejada pelos povos-de-santo do Brasil (VALLADO NETO, 2000). Suas celebrações ocorrem tanto em espaços públicos, como as festas realizadas à beira de águas salgadas e doces, como a Festa de Iemanjá de Fortaleza que acontece na Praia do Futuro e de Iracema e a Festa que ocorre na Lagoa da Pampulha em Belo Horizonte; até comemorações mais resguardadas nos terreiros das umbandas, candomblés, juremas, batuques e xangôs. O culto a orixá chegou ao país através da diáspora negra, onde as devoções à Iemanjá ganharam novos contornos a partir das relações socioculturais elaboradas no Novo Mundo.

Quando mulheres e homens africanos foram capturados e obrigados a atravessar o Atlântico para servirem como mão-de-obra escrava, seus costumes e práticas culturais também chegaram ao Brasil. Os múltiplos grupos étnicos trouxeram consigo sua diversidade cultural, não deixando para trás suas divindades e as formas de exercer sua fé. Entretanto, desde sua chegada, os africanos escravizados foram atravessados por práticas colonizadoras de negação e negatização de suas crenças, como a conversão obrigatória ao cristianismo e o conseqüente batismo. Ainda assim, em meio às tentativas de destruição das identidades e culturas africanas, o culto aos orixás resistiu à opressão colonizadora através da luta dos povos negros, que retrabalharam suas tradições, criaram novos sentidos e reorganizaram sua vida social no Novo Mundo. Pela falta de liberdade para o exercício da fé, a desintegração das relações com seus territórios, o novo contexto social e geográfico e a encruzilhada com outras manifestações religiosas, o povo negro reconstruiu sua religiosidade a partir de uma nova realidade. Ainda sobre



**XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE**

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

**02 A 05 DE JULHO DE 2024 FAEC/UECE - CRATEÚS**

esse processo, Reginaldo Prandi, no prefácio de *Repensando o Sincretismo: estudo sobre a casa das minas*, de Sergio Ferretti, diz que:

Se os negros no Brasil perderam muito de suas referências religiosas, como o culto sistemático dos antepassados (...) eles repuseram essas perdas buscando uma outra fonte, talvez mais adequada no enfrentamento da adversidade contida no mundo novo para o qual foram levados a viver (PRANDI in FERRETTI 1995, p.10-11).

O culto a Iemanjá no Brasil certamente surge a partir deste momento de reelaboração das crenças, onde diversos aspectos foram reinventados e outros foram continuados<sup>2</sup>. Para este estudo, gostaríamos de ressaltar um elemento-chave que se tornou fundamental para refletir sobre as religiosidades recriadas no Novo Mundo: a festa<sup>3</sup>. Envoltura de cheiros, sons, sabores e visualidades, a festa é um elemento indispensável para a celebração dos orixás, conforme indicam Leila Dupret e Anderson Araújo (2012, p.3) em *Entre Atabaques, Sambas e Orixás*:

Se o axé é a energia vital que ergue e move ancestrais, homens e natureza, a festa é, portanto, o exato momento da colheita de axé, onde a energia primaz transborda os corpos e espaços, e os deuses podem então tomar em comunhão os corpos dos iniciados, sendo a festa o rito que revive o mito, diviniza orixás e seus filhos homens. Mas outras coisas ocorrem nessa festa: para além de todos os sentidos religiosos, ela é a expressão estética da cultura deste grupo, a vitrine de seu culto à comunidade em volta do terreiro, além de ser um espaço de sociabilidade e lazer.

<sup>2</sup> Pierre Fatumbi Verger (1902-1996), fotógrafo, etnógrafo e etnólogo francês, foi um dos estudiosos que muito se dedicou a reflexão desta temática ao deslocar seu olhar e pensamento às culturas religiosas afro-brasileiras e africanas, deixando como legado um acervo volumoso de fotografias, produtos audiovisuais, artigos e outras bibliografias. Em uma de suas produções textuais mais notáveis, *Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo*, Verger se propôs a teorizar a respeito dos cultos aos orixás no continente africano e no Novo Mundo, trazendo à observação as convergências entre as práticas, suas divergências e os motivos que levaram a recriação das crenças. Ao retratar os cultos nos territórios de origem e também nas Américas, Pierre Verger discorre também sobre os arquétipos e características dos orixás e das suas cerimônias.

<sup>3</sup> Em *Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo*, Verger anuncia que Iemanjá (cujo nome deriva de “Yèyé omo ejá”, que significa “mãe cujos filhos são peixes”) é a orixá dos Egbá, uma nação iorubá que se estabeleceu inicialmente entre Ifé e Ibadan e que, posteriormente, em razão de guerras étnicas, migrou para outra região que hoje pode ser reconhecida como Nigéria. Neste fluxo migratório, as cerimônias em culto a orixá, antes realizadas no Rio Yemojá, foram restituídas no rio Ógun, o mais próximo de sua nova localização. Segundo o autor, os fiéis de Iemanjá todos os anos lavam os axés com água sagrada colhida em um terceiro rio, chamado Lakaxa. Com um olhar antropológico, Verger descreve a cerimônia de recolhimento da água como uma grande festa, onde tambores criam a sonoridade da procissão e os fiéis em cortejo saúdam personalidades importantes no caminho de volta.



**XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE**

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

**02 A 05 DE JULHO DE 2024** **FAEC/UECE - CRATEÚS**

Com celebrações em datas diferentes<sup>4</sup> ao longo do ano, Iemanjá é festejada nas águas doces e salgadas dos diversos territórios do Brasil, onde fiéis se reúnem para saudar a orixá e entregar seu presente. Estas manifestações públicas, para além de terem sua importância religiosa dentro de determinadas coletividades, ao longo do tempo, passam a ocupar um lugar de destaque na vida social dos territórios em razão dos sentidos atribuídos - simbólicos, culturais, econômicos, e até mesmo ambientais (QUEIROZ, 2023). Neste processo, não dificilmente, estes festejos também passam por inflexões decorrentes de processos midiáticos, turísticos, de mercantilização e também de patrimonialização (idem, 2023). Tratando-se das festas de Iemanjá que ocorrem no Brasil, algumas delas foram registradas como patrimônio nos âmbitos estaduais e municipais, como a Festa de Iemanjá em Pelotas, Rio Grande do Sul, patrimonializada por sua cidade em 2001; a festa realizada em Outeiro em comemoração a Iemanjá, registrada como patrimônio cultural do Pará desde 2014; a festa de São Paulo patrimonializada em 2016; a festa do Rio de Janeiro, reconhecida como patrimônio cultural da capital desde 2016; a celebração em homenagem a Iemanjá em Belo Horizonte, identificada como patrimônio cultural em 2018; também em 2018, a Festa de Iemanjá em Fortaleza, registrada como patrimônio cultural da cidade; e a Festa de Iemanjá do Rio Vermelho reconhecida como patrimônio cultural de Salvador em 2020.

Neste sentido, com o foco na Festa de Iemanjá de Fortaleza, aqui nos interessa analisar a inscrição desta celebração como patrimônio cultural da capital cearense, tendo em vista a dimensão étnico-racial que demarca seu registro e a própria existência da festa.

---

<sup>4</sup> As datas das comemorações aqui elucidam outro aspecto sobre as novas relações com Iemanjá, uma vez que suas celebrações acontecem em dias diferentes ao longo do Brasil: em 2 de fevereiro acontecem as festas de Iemanjá em Salvador (BA) e Porto Alegre (RS), onde também se celebram, respectivamente, Nossa Senhora das Candeias e Nossa Senhora dos Navegantes; já no dia 8 de dezembro Iemanjá é festejada em Belém (PA), João Pessoa (PB) e Praia Grande (SP), junto com Nossa Senhora da Conceição; e em 15 de agosto, no Rio de Janeiro e no Ceará, as Festas de Iemanjá são realizadas junto às comemorações à Nossa Senhora da Glória e Nossa Senhora da Assunção. As festas não são realizadas em datas aleatórias, mas quase sempre acompanham a celebração de outra figura feminina divinizada, Maria, que ganha diferentes títulos marianos de acordo com os episódios de aparição - como alega o historiador Luiz Antônio Simas, “há uma Nossa Senhora para cada necessidade do fiel”.



**XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE**

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

**02 A 05 DE JULHO DE 2024** **FAEC/UECE - CRATEÚS**

Realizada majoritariamente<sup>5</sup> nos dias 14 e 15 de agosto, a Festa de Iemanjá é celebrada anualmente em Fortaleza há pelo menos 60 anos, isto é o que indica o pesquisador Ismael Pordeus Jr (2011), intelectual de referência nos estudos sobre as religiões afro-brasileiras no Ceará. Em sua narrativa, a Festa é indissociável de Mãe Julia Barbosa Condante<sup>6</sup>, retratada como mãe de santo que criou o festejo em meados dos anos 60, após retornar do Rio de Janeiro. Apesar de hoje a Festa de Iemanjá ser celebrada em diversos litorais<sup>7</sup> de Fortaleza, os relatos de sua primeira realização pública convergem para a Praia do Futuro, praia localizada na região leste da cidade, onde o difícil acesso da região à época era um fator importante frente às perseguições e ataques da polícia aos povos de terreiros. Esta questão, no entanto, não impediu que a festa alcançasse popularidade no decorrer dos anos. Se no início o festejo era frequentado apenas por Mãe Júlia e seus filhos de santo, dois relatos posteriores elucidam como o fluxo de frequentadores avolumou:

"Danças no mar [...] vindos de todos os pontos da costa, das favelas e aldeias de pescadores, os caminhões, alugados pelas irmandades, vêm de muito longe e trazem grupos de pessoas de vários lugares da costa ou do interior [...] para derramá-los na charneca arenosa e descampada [...] Lá ficam eles, duas ou três mil pessoas de quase todos os terreiros da região" (DUVIGNAUD, 1983, p.67)<sup>8</sup>

"As caravanas de caminhões alugados pelos umbandistas, ônibus, jipes e camionetas atravessam a cidade com os fiéis nas carrocerias, cantando as corimbas. Ônibus e carros particulares dirigem-se ao lado leste da cidade, em busca da Praia do Futuro" (PORDEUS JUNIOR, 2011, p.18)<sup>9</sup>

<sup>5</sup> Segundo a pesquisadora Janainna Pereira, Iemanjá também é celebrada em outras datas no Ceará, entretanto, essas festas são realizadas em estruturas de porte menor e sem financiamento público, como por exemplo, as comemorações à Iemanjá do povo indígena Tremembé realizadas no dia 2 de fevereiro.

<sup>6</sup> Mãe Julia Barbosa Condante foi uma mulher negra, filha de pai português e de mãe brasileira, responsável pela fundação da Federação Espírita Cearense de Umbanda, registrada no Diário Oficial de 1955. Foi também Mãe Júlia que registrou pela primeira vez um terreiro na polícia e no Diário Oficial.

<sup>7</sup> No ano de 2024, verificamos a realização de festas celebrando a orixá na Praia do Futuro, Praia de Iracema, Poço da Draga e Barra do Ceará.

<sup>8</sup> Jean Duvignaud, sociólogo e antropólogo francês, em uma de suas passagens por Fortaleza no fim dos anos 60 visitou a Festa de Iemanjá a convite de Geraldo Markan, L.F.R. Fontenelle, Paulo Elpídio Menezes e Helio Barros. Algumas de suas observações sobre o festejo estão presentes em sua publicação *Festas e Civilizações* (1974; 1983).

<sup>9</sup> O relato de Ismael Pordeus Jr é datado em 15 de agosto de 1978 e foi publicado a posteriori em seu livro *Festa de Iemanjá* (2011).



**XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE**

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

**02 A 05 DE JULHO DE 2024** **FAEC/UECE - CRATEÚS**

O crescimento da movimentação da festa também foi percebido pelo jornal Diário do Nordeste, que em 15 de agosto de 1982, na reportagem "Iemanjá: todas as oferendas para a rainha do mar", estimou que 200 terreiros marcariam presença na festividade daquele ano. Ismael Pordeus aponta que a diminuição da repressão, a expansão da Umbanda no Ceará e a instalação de terreiros de Candomblé vindos de fora do Estado compõem algumas das motivações para o aumento do fluxo de terreiros e visitantes que se juntaram à Mãe Julia. A visto isso, é importante ter em mente que no processo de popularização da festa, houve também um movimento de ressignificação dos sentidos: as homenagens e oferendas inicialmente feitas apenas por Mãe Júlia passam a assumir aos poucos o caráter de festa coletiva e pública (ALMEIDA, p. 127).

A dimensão acolhedora e agregadora da festa não desvirtuou, no entanto, o foco na celebração à orixá. O início do festejo era datado no anoitecer do dia 14 de agosto, quando terreiros das diversas partes da cidade e do estado do Ceará chegavam à praia através de caminhões, ônibus, carroças e outros meios de transporte. Os povos de terreiros chegavam e com eles as saias de rendas e guias, os incensos e perfumes, as flores e as velas, a carne de carneiro e o milho branco, as imagens e adornos, os atabaques e tambores, os ritos e as giras, os pontos e as saudações a Rainha do Mar. No dia 15 de agosto, seguiam-se as comemorações à Iemanjá, onde mulheres, homens e crianças, vestidos majoritariamente nas cores azul e branco, cultuavam a orixá nas areias da praia até o ápice da festa: a entrega do presente no mar, momento em que jangadas levavam rosas, flores brancas, perfumes, sidras, champanhes e joias a Iemanjá.

A expansão da festa e aumento do público foi percebido até meados dos anos 90, quando os jornais de Fortaleza noticiavam que milhares de pessoas participavam das comemorações na Praia do Futuro. Entretanto, Ismael Pordeus pontua que com o início dos anos 2000 houve um expressivo esvaziamento da festa em razão da violência notada durante as celebrações. Frequentes assaltos e arrastões<sup>10</sup> fizeram com que parte da comunidade de umbandistas que celebravam Iemanjá na Praia do Futuro realizassem suas festas em outras praias ou nos próprios terreiros (PEREIRA, 2023). Enquanto as

---

<sup>10</sup> Arrastão é uma tática de roubo coletivo onde múltiplos furtos ou assaltos são realizados simultaneamente no mesmo local, gerando um ambiente de caos e apavoro.



**XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE**

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

**02 A 05 DE JULHO DE 2024 FAEC/UECE - CRATEÚS**

comemorações à Iemanjá ganhavam o título de “Festa do Arrastão”<sup>11</sup> (ANJOS e PEREIRA, 2021) e assolavam em razão da falta de segurança fornecida pelo Estado, em contrapartida, a festa de Nossa Senhora de Assunção, realizada também no dia 15 de agosto, aumentava o público de sua procissão, que seguia com apoio das autoridades do Estado, policiamento e segurança.

Neste contexto de violência e consequente esvaziamento, parte da festa passa a ocorrer na Praia de Iracema, praia turística localizada em uma área mais central da cidade. Com realizações datadas a partir de 2013, conforme assinala a pesquisadora Janainna Pereira (2023), as celebrações na Praia de Iracema se iniciaram a partir da organização do Centro Espírita de Umbanda São Miguel, a Associação Cultural Afrobrasileiro Pai Luiz de Aruanda e a Associação Cultural de Umbanda Rainha da Justiça, liderados pelos líderes Pai Neto Tranca Rua, Pai Ricardo de Xangô, Mãe Bia de Pombagira e Pai Raimundinho Dente de Ouro. Na Praia de Iracema, o formato do festejo seguiu da mesma forma que vinha ocorrendo na Praia do Futuro.

Tendo em vista as grandes realizações na Praia do Futuro e na Praia de Iracema, em 30 de julho de 2018 a Festa de Iemanjá de Fortaleza foi inscrita no livro de Celebrações<sup>12</sup> como patrimônio cultural da cidade pela Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza (Secultfor) através do decreto n° 14.262. Seu processo de patrimonialização atendia uma demanda já anunciada por grupos sociais que participavam ativamente da festa, como a União Espírita Cearense de Umbanda (Uecum) que protocolou o pedido de registro em 05 de outubro de 2011 por meio do processo n° P158163/2011 e o Instituto de Difusão da Cultura Afro-brasileira (Indica) que em 10 de agosto de 2015 deu entrada em sua solicitação por intermédio do processo de n° P714189/2015. Os pedidos feitos já permitem um debate interessante sobre as dimensões da patrimonialização da festa: a necessidade de preservação parte dos

---

<sup>11</sup> Jean dos Anjos e Janainna Pereira se dedicaram a refletir sobre a insegurança da Festa de Iemanjá realizada na Praia do Futuro e o esvaziamento da celebração no artigo *Enfrentamentos e Tensões na Festa de Iemanjá de Fortaleza: a insegurança como fator de esvaziamento de espaços públicos*.

<sup>12</sup> No parágrafo 1° do artigo 34 da lei 9.347/2008 fica instituído que os bens culturais de natureza imaterial que constituírem o patrimônio cultural do município de Fortaleza estarão inscritos em um dos 4 livros previstos. Os livros são divididos entre livro dos saberes, livro das celebrações, livro das formas de expressão e livro dos lugares. Segundo o inciso II, no livro das celebrações serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social.



**XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE**

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

**02 A 05 DE JULHO DE 2024** **FAEC/UECE - CRATEÚS**

agentes detentores e fazedores da própria manifestação, que buscam a valorização da Festa de Iemanjá através das políticas de salvaguarda da cidade. O movimento de grupos populares e tradicionais, antes invisibilizados, se engajando nos processos de proposição e decisão dos patrimônios públicos remonta a virada patrimonial desencadeada nos anos 80, onde a ampliação do conceito de patrimônio e a entrada de novos agentes no campo patrimonial, sobretudo movimentos sociais e organizações oriundas das camadas populares, reformularam as políticas de patrimonialização, seus sujeitos de direito e as próprias semânticas do patrimônio (ABREU, 2012).

Com vistas ao interesse de analisar o imperativo da patrimonialização e as dinâmicas identitárias étnico-raciais envolvidas neste processo da Festa de Iemanjá de Fortaleza, cabe, em um primeiro momento, salientar aqui algumas noções que envolvem o próprio sentido do conceito “patrimonialização”. Regina Abreu (2012) compreende os processos de patrimonialização “enquanto construção de metadiscursos sobre uma realidade empírica que é transcrita para um livro de registros mediante critérios e regras construídos por agentes estatais no âmbito de uma política pública.” (2012, p. 28); Sancho Querol (2011) contribui com a discussão definindo a patrimonialização como uma seleção de valor que envolve um processo de ativação simbólica do valor patrimonial de uma determinada manifestação cultural, dependendo de seu caráter representativo em relação à identidade de um grupo; e Rita Cruz (2012) conceitua a patrimonialização como “a institucionalização de mecanismos de proteção do patrimônio (...)” (2012, p. 2). Aqui pensaremos a patrimonialização a partir da confluência dessas contribuições, de forma a perceber e analisar a institucionalização de um patrimônio, a seleção de valores atribuídos e a construção de discursos e narrativas a partir desse processo.

Neste sentido, no que diz respeito à institucionalização destes mecanismos de proteção ao patrimônio em Fortaleza, a Secretaria Municipal de Cultura possui dois instrumentos legais para a salvaguarda dos patrimônios culturais: o inventário e o registro. O registro, ferramenta acionada para a patrimonialização da Festa, foi instituído em nível nacional com o decreto nº 3.551 em 4 de agosto de 2000 e em Fortaleza a lei municipal nº 9.347/2008 dispôs o registro como forma de proteção dos bens imateriais durante a gestão da prefeita Luizianne Lins. Segundo o site da Secultfor,



**XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE**

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

**02 A 05 DE JULHO DE 2024 FAEC/UECE - CRATEÚS**

o registro “é fruto do trabalho de identificação e produção de conhecimentos sobre os bens imateriais a partir de um profundo trabalho de pesquisa e documentação da história das manifestações” (CULTURA FORTALEZA, 2016).

Tratando-se do caso da Festa de Iemanjá, o trabalho envolto no processo de registro, além de ter gerado a inscrição do bem no livro de Celebrações, resultou também na publicação do “Dossiê Imaterialidades - Festa de Iemanjá de Fortaleza”, lançado no dia 15 de outubro de 2021 com apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e com recursos oriundos da emenda parlamentar do deputado federal Chico Lopes.<sup>13</sup> Através do material é possível conferir mais detalhes sobre a condução do estudo desenvolvido por Jean dos Anjos, umbandista e antropólogo responsável pela coordenação da pesquisa de registro - realizada entre os anos de 2016 e 2017 -, e sua equipe, composta por outros 10 profissionais que se dividiram nos serviços de acompanhamento e supervisão da pesquisa (Maria das Graças Almeida Martins, Gerente da Célula do Patrimônio Imaterial à época), pesquisa (Marcos Levi Ferreira Nunes de Sousa, Janaina Edwiges de Oliveira Pereira, Breno Taveira Mesquita, Laís Cordeiro de Oliveira), assistência de pesquisa (Lennon Martins Sousa) e fotografia (Éden Barbosa, Luiz Alves, Manoel Filho e Allan Taissuke).

O dossiê publicado elucidava que a metodologia criada envolveu diferentes etapas para o desenvolvimento do registro: realização de leituras; ministração de oficinas; observação da festa e feitura de relatórios, fotografias e produções audiovisuais; levantamento de lideranças religiosas; levantamento hemerográfico e bibliográfico sobre a festa; análise de vídeos sobre a festa disponibilizados no youtube; encontro com 15 lideranças da Umbanda Cearense para apresentação da equipe e discussão das metodologias e práticas de pesquisa; oferta de oficinas para a equipe e povos de santo; exibição de documentários e debates; realização de entrevistas; e apresentação do andamento da pesquisa em reunião do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural (COMPHIC). Destacamos aqui a realização das entrevistas com 14

---

<sup>13</sup> A publicação do Dossiê é um dos produtos do Projeto Ações de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Fortaleza, desenvolvido com os recursos da emenda parlamentar do deputado federal Chico Lopes. O objetivo deste projeto é apoiar e fomentar a produção, transmissão, mobilização, difusão, valorização e reprodução dos bens culturais da cidade de Fortaleza. O projeto, celebrado através do convênio nº 877441/2018 foi executado por meio de um convênio entre o IPHAN e o Município de Fortaleza com a parceria da empresa Arquiteta Soluções.



**XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE**

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

**02 A 05 DE JULHO DE 2024 FAEC/UECE - CRATEÚS**

lideranças religiosas, entre mães e pais de santo, além da entrevista realizada com Ismael Pordeus Jr. No dossiê, as entrevistas são ativadas como fio condutor da narrativa, de forma que as lideranças ora dialogam sobre as memórias da festa ora ressaltam a importância de sua patrimonialização. Em um trecho há a menção sobre o papel das entrevistas na produção:

"Na pesquisa, privilegiamos as histórias contadas por quem faz a festa acontecer, o Povo de Santo. A importância da história oral nas comunidades tradicionais dá o norte deste trabalho em que a grandeza se faz no ouvir os mais velhos e as mais velhas da Umbanda de Fortaleza. A metodologia dialógica da abertura ao outro, da entrevista aberta e da sensibilidade do encontro permitiu encontrar a memória da Festa de Iemanjá. Patrimônio é, também, a valorização da memória de uma comunidade" (p. 66)

*Em Festa de Iemanjá como patrimônio imaterial: experiências do autorregistro em Fortaleza e Belo Horizonte*, Jean dos Anjos traz um relato sobre a metodologia utilizada para pesquisa do registro e o local das entrevistas nesta realização:

Ao compartilhar suas histórias de vida, o Povo de Santo que participou da pesquisa contribuiu com suas práticas e saberes na invenção de um inventário que, torna-se, de alguma maneira, participativo. As memórias do Povo de Santo, o uso particular da linguagem e formas narrativas, as imagens e imaginações formaram um tecido biográfico da Festa de Iemanjá de Fortaleza. E foram se misturando a fotografias novas e antigas, filmes, reportagens e textos acadêmicos sobrepondo camadas na pesquisa. E a metodologia foi se fazendo como deveria ser. Pode-se dizer que a metodologia escolheu a pesquisa e não o contrário. (ANJOS, 2021, p. 283)

Para além de um documento que aborda os aspectos metodológicos da pesquisa produzida, o dossiê é fundamentalmente uma produção que constrói sentidos e narrativas sobre o patrimônio. Na forma como são estruturados os processos de patrimonialização na contemporaneidade, há uma elaboração narrativa criada para justificar os patrimônios e os dossiês se configuram como uma escrita oficial, onde “após a patrimonialização, a documentação produzida durante o registro é divulgada para o público em geral, como uma forma de dar visibilidade ao bem cultural registrado e garantir a difusão dos conhecimentos produzidos.” (LIMA, 2012)

Deste modo, no exercício da leitura, procuramos indagar quais valores foram atribuídos à narrativa para fundamentar o processo de patrimonialização da Festa de Iemanjá de Fortaleza. Ao longo do texto, observamos algumas frases que justificaram a



**XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE**

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

**02 A 05 DE JULHO DE 2024 FAEC/UECE - CRATEÚS**

importância da festa a partir de sua relevância para a “afirmação da identidade cultural dos povos de terreiro e expressão da diversidade cultural da cidade” (p. 20) e também seu significado frente à intolerância e racismo religioso, onde a Festa é lida como “é símbolo de resiliência, memória e perseverança” (p. 18). Entretanto, investigando a articulação das narrativas construídas no dossiê junto das justificativas expostas no capítulo “A relevância da Festa de Iemanjá”, encontramos um denominador comum utilizado para legitimar o reconhecimento da Festa de Iemanjá: sua matriz afro-indígena-brasileira.

Dentre os trechos que evidenciam o aspecto étnico-racial, aqui podemos destacar alguns: “tradição que congrega sentidos, expressões, identidades e memórias das religiões de matrizes afro-ameríndias da nossa cidade” (p. 25); “maior celebração cultural e religiosa pública de matriz afro-indígena-brasileira que acontece em Fortaleza” (p. 26); “A Festa de Iemanjá de Fortaleza nasce num contexto de opressão e resistência, como as religiosidades e culturas afro-indígenas-brasileiras vivem na atualidade.” (p. 82); “A festa também é celebrada por populações indígenas do Ceará” (p. 82); “A Festa de Iemanjá, como bem cultural, produz o sentimento de ancestralidade, pois revive a memória e a identidade dos povos africanos que aqui chegaram e dos povos indígenas que aqui estiveram, além do próprio sentimento dos santos católicos populares” (p. 124). No capítulo destinado ao apelo final pela patrimonialização, onde está fundamentada a pertinência do registro da Festa de Iemanjá, a menção a matriz étnico-racial é feita ao menos três vezes:

Por ser uma celebração de continuidade histórica representativa que está sempre se reelaborando e se atualizando na construção e no fortalecimento da identidade religiosa e cultural, política, pública e popular de **matriz afro-indígena-brasileira dos fortalezenses**; por oferecer visibilidade e proporcionar a difusão de saberes do universo da Umbanda, que faz parte do repertório das **manifestações afro-indígenas-brasileiras na cidade**; (...) por reconhecer práticas e conhecimentos de culturas afrodescendentes, que **expressam as culturas negras e indígenas em Fortaleza**” (2018, p. 126, grifo nosso)

O exercício de análise da construção discursiva desta patrimonialização a partir das matrizes afro-indígenas-brasileiras é interessante se considerarmos duas perspectivas: a primeira é que o aspecto que fundamenta o seu processo de registro era



**XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE**

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

**02 A 05 DE JULHO DE 2024 FAEC/UECE - CRATEÚS**

antes o pilar para a criminalização e desvalorização da Festa; e a segunda é que com o reconhecimento da Festa de Iemanjá, acrescenta-se um patrimônio de matriz afro-indígena-brasileira na lista de referências culturais de uma cidade que por muito tempo invisibilizou a presença de negros e indígenas através de discursos políticos, intelectuais e literários.

Francisco Nascimento retrata em sua pesquisa *Presença, Silenciamento e Aparecimento político dos povos indígenas no Ceará* o histórico de negação da existência de indígenas por meio de discursos das elites políticas e intelectuais do Ceará ao longo dos séculos. O autor pormenoriza através de documentos oficiais como as guerras de conquista e as miscigenações foram mobilizadas para a construção de um discurso que silenciou a presença da população indígena no estado. O pesquisador evidencia ainda como este apagamento intencional foi fundamental para a tomada das terras indígenas, afinal, se não existiam indígenas, não existiam terras indígenas, então os territórios destes povos poderiam ser aproveitados em termos econômicos.

No que concerne a presença negra, Yaco Fernandes, advogado, jornalista e escritor cearense, foi um dos autores que afirmavam a inexistência de negros e da cultura africana no Ceará. Em um dos seus sucessos, “Farsa dos Libertadores”, o autor Fernandes declarou que a ausência do negro no Ceará era tão notória que à época não era difícil viver toda uma vida sem encontrar um negro preto (BANDEIRA, 2011). Esta ausência, segundo Fernandes, se devia ao fato que, desde a colonização “o elemento africano, excelente para o trabalho dos engenhos” e para “exploração de minas auríferas”, era “incapaz para as tarefas da vaqueirice” (FERNANDES, 1998, p. 171). Estes foram alguns dos argumentos utilizados para a formação do imaginário de um Ceará onde o povo negro e sua cultura não existiam.

Diante das narrativas de invisibilização das existências dos povos negros e indígenas e suas referências culturais, percebemos como o registro da Festa de Iemanjá pode fazer parte da reelaboração das narrativas sobre o Ceará, seus povos e a valorização de suas culturas afro-indígenas-brasileiras. O patrimônio e as políticas de preservação e salvaguarda sempre foram acionados para a construção de identidades, memórias e narrativas oficiais. Por muito tempo estes instrumentos foram articulados para materializar um discurso branco, hegemônico e vinculado às elites; hoje, a partir de



**XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE**

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

**02 A 05 DE JULHO DE 2024** **FAEC/UECE - CRATEÚS**

novas demandas sociais e entendimentos decoloniais sobre os conceitos de cultura e patrimônio, coletividades diversas têm evocado as políticas de patrimonialização para o reconhecimento de suas manifestações culturais, inscrevendo novos patrimônios, narrativas múltiplas e identidades plurais na representação dos municípios, estados e países.

A Festa de Iemanjá como patrimônio cultural de Fortaleza materializa um projeto político de reafirmação dos povos negros e indígenas a partir de referenciais positivos - são identidades firmadas a partir de festas, danças, músicas e saberes populares. No entanto, como afirma Luiz Antônio Simas, luta e festa são irmãs. Enquanto uma manifestação de matriz afro-indígena-brasileira, o racismo religioso é ainda um dos maiores desafios da Festa de Iemanjá e o plano de salvaguarda de seu registro busca assegurar elementos basilares para a realização da celebração, como a garantia do serviço de segurança proporcionada pelas entidades públicas frente a insegurança da cidade e a intolerância religiosa.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABREU, Regina. **Patrimônio**: ampliação do conceito e processos de patrimonialização. In: Cury, Marília Xavier; Vasconcellos, Camilo de Mello; Ortiz, Joana Montero. (Org.). *Questões Indígenas e Museus: Debates e Possibilidades*. Edição: 1ed. São Paulo: MAE-USP; Secretaria de Estado da Cultura-SP, 2012, v. 1, p. 28-40.

ALMEIDA, Leonardo. **Umbanda no Presidente Vargas**: a "Grande Noite de Iemanjá" de Fortaleza como um modo de presença pública (1965). In: ALMEIDA, Leonardo (org.). *Religiões afro-brasileiras no Ceará: temas, referências e debates*. Fortaleza, IMPRECE, 2023, p. 122-170.

ANJOS, Jean; PEREIRA, Janainna. **ENFRENTAMENTOS E TENSÕES NA FESTA DE IEMANJÁ DE FORTALEZA**: a insegurança como fator de esvaziamento de espaços públicos.. In: Antonio George Lopes Paulino. (Org.). *Religiões, espaço público, tensões e conflitos em um cenário plural*. 01ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2021, v. 01, p. 65-76.

ARAÚJO, Anderson. DUPRET, Leila. **Entre Atabaques, Sambas e Orixás**. *Revista Brasileira de Estudos da Canção*, Natal, v.1, n.1, p. 52-63, jan-jun 2012.

BANDEIRA, L. C. C. **Africanidades e Diásporas Religiosas**: o Candomblé no Ceará. *Revista Historiar*, [S. l.], v. 3, n. 4, 2013. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3551/2000 de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da



**XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE**

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

**02 A 05 DE JULHO DE 2024** **FAEC/UECE - CRATEÚS**

República, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm). Acesso em: 20 de setembro de 2024..

CHAGAS, Rodrigo. **Luiz Antônio Simas sobre o carnaval do Brasil: 'A luta e a festa são irmãs'**. Brasil de Fato, São Paulo, 21 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/21/luiz-antonio-simas-sobre-o-carnaval-do-brasil-a-luta-e-a-festa-sao-irmas>. Acesso em: 10 de novembro de 2024.

CRUZ, Rita. **“Patrimonialização do Patrimônio”**: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº 31, pp. 95 - 104, 2012.

**DOSSIÊ IMATERIALIDADES FESTA DE IEMANJÁ DE FORTALEZA** - Fortaleza - Expressão Gráfica e Editora, 2021

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e civilizações**. Fortaleza / Rio de JANEIRO: Edições Universidade Federal do Ceará / Tempo Brasileiro, 1983.

FERRETTI, Sergio Figueiredo. **Repensando o sincretismo**: estudo sobre a casa das minas. 1991. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Lei nº 9.347, de 11 de março de 2008**, dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico-cultural e natural do município de fortaleza, por meio do tombamento ou registro, cria o conselho municipal de proteção ao patrimônio histórico-cultural (COMPHIC) e dá outras providências. Diário Oficial do Município (DOM). Fortaleza/CE, 1º de abril de 2008. Disponível em: <https://legislacao.pgm.fortaleza.ce.gov.br/index.php/LEI-9347-2008>. Acesso em 9 de novembro de 2024.

**IEMANJÁ**: todas as oferendas para a rainha do mar. Diário do Nordeste. Fortaleza, 15 de agosto de 1982.

LIMA, Alessandra Rodrigues. **Patrimônio Cultural Afro-brasileiro**: Narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial, 2012. 154 fls. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2012.

NASCIMENTO, Francisco Joedson da Silva. **PRESENÇA, SILENCIAMENTO E APARECIMENTO POLÍTICO DOS POVOS INDÍGENAS NO CEARÁ**. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 18, n. 2, 2022.

PEREIRA, Janainna. **Umbanda e espaço público**: a Festa de Iemanjá como Patrimônio Cultural Imaterial da cidade. In: ALMEIDA, Leonardo (org.). *Religiões afro-brasileiras no Ceará: temas, referências e debates*. Fortaleza, IMPRECE, 2023, p. 122-170.

PORDEUS Jr. Ismael. **Festa de Iemanjá**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

QUEIROZ, Mércia. **Folias Divinas em Redes: Patrimônio Imaterial, Gestão Cultural e Economia Criativa na Festa de Iemanjá em Salvador**. Salvador, 2021. 317 p. Tese. Universidade Federal da Bahia.

RUOSO, C. ; SILVA, F. C. O. E. ; ANJOS, J. S. . **Festa de Iemanjá como patrimônio imaterial**: experiências do autorregistro em Fortaleza e Belo Horizonte. In: Fernando Magalhães; Luciana Ferreira da Costa; Francisca Hernández Hernández; Alan Curcino. (Org.). *Museologia e Patrimônio*. 1ed.Leiria: Edições ESECS, 2021, v. 5, p. 275-309.

SANCHO QUEROL, Lorena. **El Patrimonio Cultural Inmaterial y la Sociomuseología**: estudio sobre inventarios. Tesis doctoral en Museología, presentada en el Departamento de Museologia de la Facultad de Ciencias Sociales e Humanas de



**XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE**

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

**02 A 05 DE JULHO DE 2024** **FAEC/UECE - CRATEÚS**

la Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, y dirigida por el Dr. Canova Magalhães Moutinho. Lisboa, 2011

VALLADO NETO, Antonio Armando. **Iemanjá, a grande mãe africana do Brasil:** mito, rito e representação. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Orixás:** Deuses iorubás na África e no Novo Mundo. 2a. ed. São Paulo, Corrupio & Círculo do Livro, 1985.

YACO, Fernandes. **A Farsa dos Libertadores.** In: Notícias do povo cearense. Fortaleza, 1997. Apud. BEZERA, Analúcia Sulina. Negros no Ceará: quando a memória questiona a história. In: CARVALHO, Gilmar de (org). Bonito pra chover: ensaios sobre a cultura cearense. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.